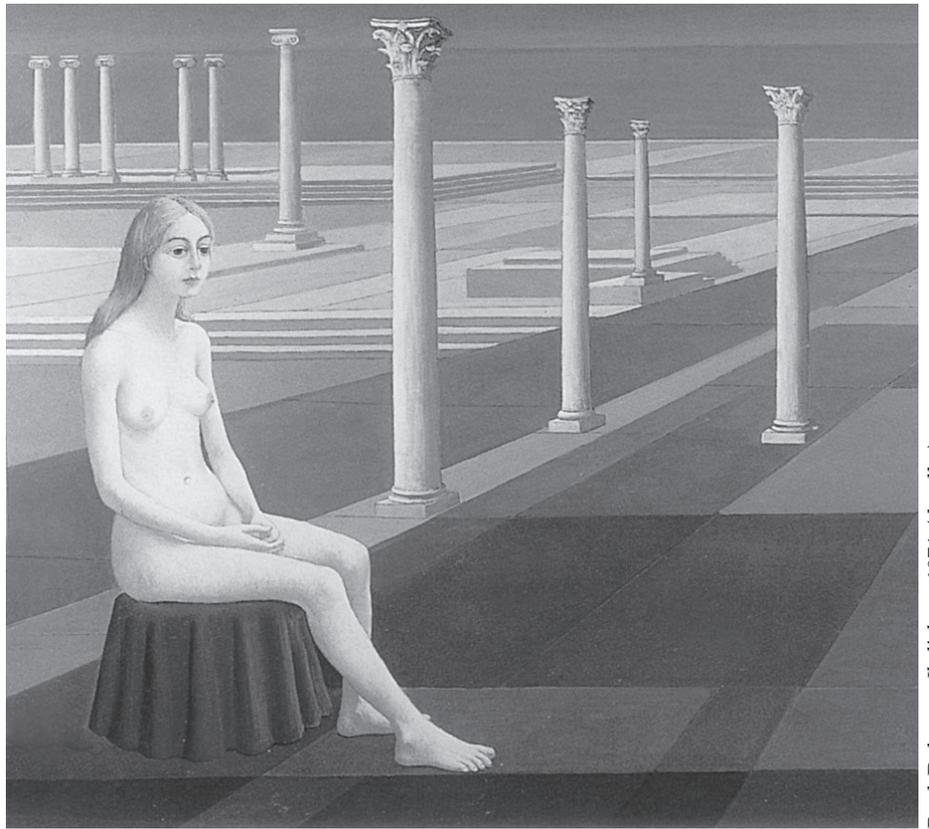


Gênero e memória de mulheres desterritorializadas



Paul Delvaux. *Il dialogo*. 1974 (detalhe).

Temis Gomes Parente

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Tocantis (UFT-Porto Nacional) e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Ciências do Ambiente da UFT-Palmas. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero da UFT. Autora, entre outros livros, de *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005. temis.parente@uol.com.br

Gênero e memória de mulheres desterritorializadas*

Temis Gomes Parente

RESUMO

Este artigo aborda as memórias de mulheres desterritorializadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no Rio Tocantins (TO), especificamente das mulheres do antigo povoado de Pinheirópolis, município de Porto Nacional (TO). Meu objetivo é analisar as narrativas dessas mulheres e, através de suas memórias, refletir sobre os papéis de gênero que perpassam suas falas. Como metodologia, utilizamos a história oral, por entender que é uma ferramenta que permite identificar as principais mudanças nessas comunidades que viviam às margens do Rio Tocantins antes da formação do lago.

PALAVRAS-CHAVE: memória; gênero;

papéis de gênero.

ABSTRACT

This article is about the memory of women who were forced out of their living territory due to the construction of the Luís Eduardo Magalhães hydroelectrical dam in the Tocantins river, especially those that lived in Pinheirópolis Village, county of Porto Nacional, Tocantins. The objective of this study is to analyze these women's narratives and, based on their memories, reflect upon the gender roles that are implicit in their conversations and statements. As a methodological resource we used oral history, once we understand it is a tool that allows us to identify the main changes in those communities who lived along the banks of the Tocantins river before the formation of the lake.

KEYWORDS: memory; gender; gender roles.



*Ao primeiro olhar o rio assume as feições
de lagoa. De útero. Misteriosa oficina de vida.
Melhor, um avesso de útero:
vai devorando as ilhas
que se opõem à sua placenta corrosiva.*

*Dissolve areias e memórias
para nutrir vagidos e vida nova,
imprecisa:
algo entre o pássaro e a calamidade.*

*Tocantins: veia aberta num brejal
que se derrama pelo cerrado vasto
e reconfigura a estampa da paisagem
— e do peito —*

* Este artigo é resultado do projeto *Lembranças de outrora: história e memória de mulheres desterritorializadas*, financiado pelo CNPq.

*esculpida nos ásperos, no torto,
na dura vontade do sertão.*

*O rio teima em manter-se rio, corrente:
uma veia de esmeralda líquida e retesa
varando o ventre do lago,
feito alma submersa
e luminosa a lhe dar sentido.
Vencido, o rio se abranda em barros e silêncios.
Grávido, cálido, fermentado.
Engendrando o desconhecido
belo ou monstruoso que saltará sobre nós.¹*

Para começar a falar sobre as mulheres desterritorializadas, nada melhor do que esse poema de Pedro Terra, pois através dele é possível refletir sobre o que sentiram as pessoas que nasceram e foram criadas às margens do Rio Tocantins (TO) ao terem seu “porto submerso” — título do livro em que se encontra o poema, em analogia ao desaparecimento de várias moradias antigas da cidade de Porto Nacional (TO). Com a leitura das poesias do livro, é possível compreender o sentimento de desterritorialização experimentado pela população ribeirinha após a formação do lago, resultado da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Luís Eduardo Magalhães), no Rio Tocantins. Por outro lado, na pesquisa com as mulheres, suas narrativas retomam muitos dos pontos cantados pelo poeta, embora, diferente deste, suas falas não têm a mesma projeção. Com esta pesquisa, tentamos dar a elas alguma visibilidade.

Desde sua criação, a partir da Constituição Federal de 1988, o estado do Tocantins vem sofrendo grandes transformações, principalmente no aspecto energético, com a construção de várias hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins. Neste artigo, pretendo abordar as memórias das mulheres atingidas pela construção da UHE Luís Eduardo Magalhães e a conseqüente formação do lago. Nessas memórias, o rio, que tem sido focalizado pela poesia, por crônicas e diferentes tipos de arte, ganha outros significados. São memórias permeadas pela saudade de um espaço que já não existe mais e ganham contornos de gênero, não somente por serem lembradas por mulheres, mas, principalmente, por se reportarem a lugares e tempos que, costumeiramente, são definidos nas relações como próprios de mulheres.

O Rio Tocantins, que corta o estado de sul a norte, é um referencial social para a população local desde o período colonial, possuindo ligação direta nas discussões que se referem ao desenvolvimento da região. Além disso, serviu de inspiração aos poetas e artistas locais, uma vez que não apenas os artistas de Porto Nacional, mas muitos dos que passaram pela região deixaram algum verso, alguma cantiga, alguma canção alusiva ao rio, suas praias, suas areias, sua serenidade, o mar de água doce. São recorrentes as referências ao rio como “musa” inspiradora². A poesia que fala do Rio Tocantins e dos espaços em torno dele refere-se à saudade do passado de quem lá viveu na infância ou juventude. Na memória das mulheres que focalizei neste artigo, a saudade também aparece. Esta, porém, não se refere somente a um tempo que não volta mais, refere-se,

¹ Este poema chama-se “Barragem” e foi escrito por Pedro Terra, poeta nascido em Porto Nacional (TO). Ver em TIERRA, Pedro. *O porto submerso*. Brasília: s/e, 2005, p. 85.

² Ver MESSIAS, Noeci Carvalho. *Patrimônio cultural: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de Lajeado, Porto Nacional (TO)*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – UCG, Goiânia, 2004, p. 67.

³ Ver SILVA JÚNIOR, José Maria. *Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto à sua sustentabilidade socioambiental*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – UFT, Palmas, 2005, p. 14.

⁴ Ver OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910*. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2003, PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2003, e CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações*. In: GIRALDIN, Odair (org.), *op. cit.*

também, a um espaço que já não existe e que foi seu “território” de referência, responsável pela constituição de subjetividades. A fala das mulheres não é rimada, nem elaborada como na poesia, mas suas memórias trazem os mesmos sentimentos que a inspiram: saudade, referência a um tempo mais feliz, lembranças de árvores, plantas, casas, enfim, de relações.

No período colonial, durante o apogeu da mineração, a preocupação do governo metropolitano era proibir a navegação pelo Rio Tocantins a fim de evitar o contrabando do ouro, principalmente para a região norte. Ainda no período colonial, quando a produção do ouro entra em declínio, a navegação pelo rio passa a ser uma das únicas possibilidades para que a região voltasse a se desenvolver. Durante todo o século XIX e metade do século XX, a região seria abastecida por essa via de navegação, com produtos vindos de outras regiões.

O Rio Tocantins também está presente em quase todas as narrativas dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX. A maioria das cidades do norte de Goiás (atual estado do Tocantins) surgidas no século XVIII e XIX está à margem direita. Só com a construção da BR-153 — Belém-Brasília —, na década de 1960, é que o eixo econômico vem a mudar, contribuindo para que aja um isolamento daquelas cidades que ficavam às margens do rio.

Com a criação do estado do Tocantins, as discussões e investimentos voltam novamente para o rio, agora com a construção de grandes usinas como a mais viável forma de se produzir energia. Devido à grande extensão desse rio, várias usinas já foram construídas e outras tantas estão em processo de construção. Essa política de construção de hidrelétrica é resultado de uma estratégia mais ampla adotada pelo setor público no Brasil, em resposta à demanda de energia advinda do crescimento industrial e de urbanização, intensificado a partir da década de 1950.³

Essas grandes construções, como todo empreendimento de grande porte, geram impactos imediatos a médio e longo prazo no meio ambiente e nas sociedades tradicionais, ultrapassando os limites de sua abrangência. No que se refere aos discursos para justificar esses efeitos, no caso das construções das hidrelétricas, predomina o de levar o desenvolvimento às regiões antes atrasadas.

Para as construções das usinas ao longo do Rio Tocantins não foi diferente. A concepção de atraso da região norte em detrimento do sul vem da época do período colonial, quando toda a produção de ouro, necessariamente, teria de ser destinada àquela região. Desde esse período, eram constantes as reclamações sobre não haver investimento no norte da capitania de Goiás, apesar da grande produção de metal das minas na região. Quase todos os estudos que enfocam a região fazem referências

a essas reclamações, apontando que a região norte de Goiás (atual Tocantins) tem permanecido segregada dos grandes centros e do progresso⁴; por outro lado, essa mesma historiografia enfatiza que sempre houve a idéia de riqueza em razão da abundância dos recursos naturais, especialmente os hídricos. Assim, a superação do atraso era e continua sendo a exploração do Rio Tocantins.

Impactos das transformações

O estudo dos impactos ambientais decorrentes da construção de grandes obras, como as hidrelétricas, tem se apoiado em diferentes campos de conhecimento, entretanto, sistematicamente, têm sido deixadas de lado as discussões que envolvem as questões da memória e, em especial, a memória de gênero. É esse aspecto que pretendo abordar.

A UHE Luís Eduardo Magalhães — Lajeado foi construída por um consórcio de várias empresas no município de Miracema e Lajeado, a 120 km de Porto Nacional. Considerada um dos mais arrojados projetos hidrelétricos do país, a usina foi construída em um tempo recorde — apenas 39 meses —, tornando-se num marco do setor elétrico: o maior empreendimento de geração realizado pela iniciativa privada no Brasil, cuja área de reservatório ocupa 630 quilômetros quadrados.

As mudanças que se processaram nas margens de toda a extensão na qual o lago foi formado impuseram novas exigências, como a redefinição de um novo modo de vida, a reorganização e a reconstrução de um novo espaço geográfico para os moradores ribeirinhos. A cidade de Porto Nacional, surgida no final do século XVIII, sofreu várias consequências com a formação do lago. A parte mais atingida foi justamente aquela mais antiga da cidade, com a destruição de casarões antigos de propriedade de famílias antigas.

Para que fosse possível colocar essas mudanças em prática, e justificá-las, em 1996 realizaram-se estudos de impacto ambiental, exigência e orientação da legislação vigente, assim como um diagnóstico social e econômico promovido nas áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento em municípios como Brejinho de Nazaré, Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Ipueiras e Porto Nacional⁵. Os resultados desses estudos reconheciam que a construção da usina e a consequente formação do lago acarretariam custos sociais, econômicos e culturais à população atingida, o que obrigava os responsáveis pelo empreendimento a oferecer a essas famílias os meios e instrumentos de recomposição de suas antigas vivências.⁶

Mas os problemas sociais e ambientais advindos com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães são mais amplos do que se imagina. Um dos maiores impactos sociais provenientes da implantação desse grande projeto diz respeito à mudança na demografia das regiões atingidas. A Investco S. A., empresa responsável pela construção da usina, transferiu toda a população ribeirinha do Rio Tocantins para outras áreas e, entre essa população, encontram-se os moradores do Pinheirópolis antigo⁷, transferidos para a Nova Pinheirópolis⁸, o que ocasionou o que chamamos de processo de desterritorialização dessa população.

Desterritorialização e gênero

Esse processo de desterritorialização é visto como ruptura das estruturas que há muito tempo foram estabelecidas e que assusta, principalmente, por mudar o cotidiano, percebido e valorizado quando se tem a certeza de que este será transformado, vindo a gerar, posteriormente, angústia e insegurança à população alocada em outra localidade. Os antigos modos de vida dessa população nunca serão reconstruídos, fica-

⁵ Ver SILVA JUNIOR, José Maria, *op. cit.*, p. 79.

⁶ Ver *idem*, *ibidem*, p. 83.

⁷ Essa comunidade surgiu na Fazenda Gorgulho bem antes de 1957. Situava-se à margem esquerda do Rio Tocantins, a 12 km da sede do município, Porto Nacional, e foi reconhecida como povoado pela prefeitura do município por volta de 1975. Ver MACHADO, Carliolene Coelho. *Lembranças de um passado vivo na memória*. Trabalho de conclusão de curso (Curso de História da UFT) – Porto Nacional, 2005, p. 3.

⁸ Situada à margem esquerda do lago, também no município de Porto Nacional. A população realocada para essa nova vila contava com 700 habitantes e 150 moradias.

⁹ Para discussão sobre a noção de território e desterritorialização, ver GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micro-política: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 323, e DELEUZE, Gilles, *apud* HAESBAERT, Rogério. *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_07/rogerio7.pdf> Acesso em 10 jan. 2007.

¹⁰ Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 81.

rão submersos pelo lago, apenas as lembranças restarão emersas. Félix Guattari nos lembra a importância do território:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.⁹

Neste caso, ao pensar em território e desterritorialização, precisamos levar em conta as subjetividades. Estas podem ser focalizadas a partir das lembranças de mulheres que foram arrancadas de suas moradias em nome do progresso e, hoje, (re)vivem, nas suas falas, vivências que são referências da vida delas.

Para essas mulheres, foram deixadas para trás suas terras, suas plantações, suas formas tradicionais de viver, sem contar as lembranças, os sentimentos de perda muitas vezes adormecidos — até que começam a falar, como foi o caso de muitas das entrevistadas. Nas falas das mulheres, percebe-se o custo social com que se viram obrigadas a arcar a partir da construção da usina: dor, sacrifício e perdas. Nelas é possível perceber ainda o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram. Segundo Ecléa Bosi, não há evocação sem uma inteligência do presente, e uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la, para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.¹⁰

Por meio das falas dessas mulheres, percebemos como eram seus cotidianos, suas relações vivenciadas naturalmente. Durante as entrevistas, elas buscam na memória como eram suas vidas antes da formação do lago e como suas rotinas de vida mudaram; elas recordam e organizam essas lembranças, principalmente no que se refere às suas atividades rotineiras de labutar nas roças, nos quintais e no cotidiano doméstico.

Ao analisar essas falas, ficam evidentes as delimitações de diferentes papéis entre os membros familiares e, particularmente, as representações formadoras do lugar ocupado por essas mulheres nas suas narrativas: percebe-se a construção e reprodução desses papéis vividos e/ou representados por elas. É através dessas memórias que as mulheres entrevistadas deixam transparecer os papéis de gênero que elas viviam e o que se esperava que elas desempenhassem. Bourdieu nos lembra como a divisão das atividades atribuídas aos sexos implica uma subordinação de gênero:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior destas, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo

*de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, feminino.*¹¹

Podemos, portanto, pensar os papéis de gênero representados pelas mulheres de Pinheirópolis como comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros de uma sociedade, diferenciados por sexo, pois falar de papéis de gênero é falar de padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para com seus membros. Eles definem comportamentos e formas de as pessoas se relacionarem. O aprendizado de papéis leva ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que se considera adequado, ou não, para um homem ou para uma mulher em dada sociedade.

Esses papéis de gênero a que me referi não se resumem somente às falas das mulheres, eles são legitimados ao ser colocados em prática através dos órgãos oficiais. Em documento elaborado pela Investco, com a consultoria da Themag — Engenharia Ltda. em abril de 1998, que analisa os impactos que a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães — Lajeado causaria e os padrões e valores das indenizações a cada impactado pela formação do lago, evidencia-se qual seria os lugares das mulheres no momento da avaliação das indenizações de suas terras: “Fica estabelecido que o homem em perfeitas condições de saúde e na faixa etária entre dezesseis e sessenta anos equivale a uma Força de Trabalho. Uma mulher nas mesmas condições equivale a 0,8, uma vez que parte do seu tempo é destinada a atividade doméstica. Acima de 60 anos a Força de Trabalho de um homem é equivalente a 0,50 e de uma mulher a 0,25 Força de Trabalho.”¹²

Nesse documento, ficam claras e legitimadas as desigualdades de gênero à medida que estão ligadas à tendência de identificar as mulheres com a natureza e os homens com a cultura, e que essa posição centra-se nas estruturas sociais: aqui, as mulheres são identificadas com a arena privada da casa e das relações pessoais, e os homens com a arena pública do comércio, da produção e da política.

Na raízes dessa situação podemos identificar os aspectos culturais que naturalizaram e transferiram as diferenças biológicas para o campo social e, assim, construíram as condições de desigualdades vividas pelas mulheres. É uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos para cumprirem papéis sociais específicos e diferenciados “próprios de mulheres”, os quais se reproduzem socialmente por intermédio da educação tanto formal como informal de cunho sexista.¹³

Um ano após a assinatura desse documento, dezembro de 1999, houve um encontro em Palmas (TO) para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com a participação de vários movimentos populares, entre eles a Pastoral da Mulher Marginalizada. No evento foi divulgada uma menção de repúdio à discriminação da Investco e da Themag contra as mulheres atingidas pela barragem Lajeado, com uma nota que tenta redefinir os lugares do gênero:

somos nós que trabalhamos em casa e na roça também. Trabalhamos até mais do que o homem, pois além de trabalhar em casa, cozinhando, limpando, cuidando dos filhos e fazendo a “marmita do marido” para ele ter “força no trabalho”, nós também vamos

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999, p. 18.

¹² Citado por ARAÚJO, Rubens Milagre. *Uma retrospectiva da expansão do sistema na bacia do Rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003*, p. 70. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/>>. Acesso em 10 abr. 2006.

¹³ Ver JONAS, Eline. *Do sufrágio à democracia paritária: o longo caminho para a igualdade no poder. Estudos de Gênero 12*: Caderno de Gênero, Goiânia: Editora da UCG, 2003, p. 14.

¹⁴ ARAÚJO, Rubens Milagre, *op. cit.*, p. 70.

¹⁵ Entendo como movimento de mulheres os movimentos que, mesmo sem se considerar feministas, divulgam e lutam por direitos para as mulheres.

¹⁶ Ver SALCATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 8, n. 1, São Paulo, jan./jun. 2005, p. 31.

¹⁷ SALCATICI, Silvia, *op. cit.*, p. 33. Ver também TRIGO, Maria Helena Bueno e BRITOSCHI, Lucila Reis. Interação e comunicação no processo de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1999, p. 26.

*trabalhar na roça, na horta, cuidar das galinhas, dos porcos, tirar leite da vaca e cuidar do jardim. O nosso trabalho nunca termina, e nossos maridos depois que terminam o trabalho na roça, vão para casa dormir. Nós ainda vamos fazer a janta, limpar a casa, colocar as crianças para dormir, por isso não aceitamos essa discriminação.*¹⁴

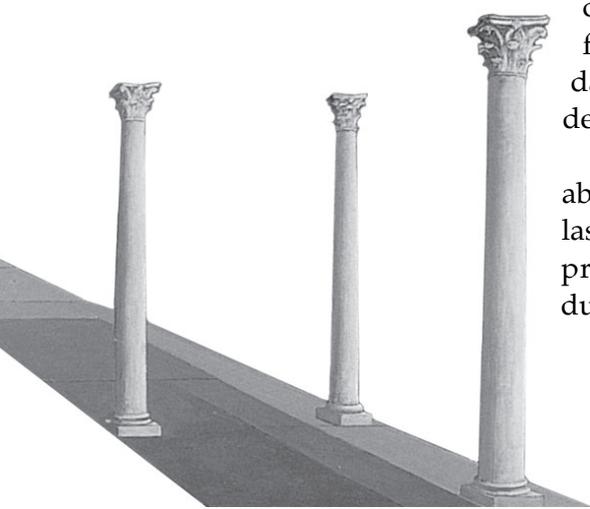
O que podemos perceber nesse manifesto é, como argumentam os movimentos organizados de mulheres¹⁵, a inclusão das atividades nas roças, junto com seus companheiros, não mais como “ajuda” e sim como força de trabalho. Convém adiantar que esse tipo de argumento não aparece na fala das mulheres aqui pesquisadas, como se verá mais adiante.

O enfoque de gênero por intermédio das memórias de mulheres desterritorializadas refere-se ao esforço sistemático de documentar e compreender os papéis de homens e mulheres dentro de contextos específicos, bem como as relações recíprocas entre tais papéis e a dinâmica social de tais contextos. Como procedimento metodológico, adotei a história oral por entender que tanto ela como a história das mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesses, pois o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e, nele, introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns¹⁶. As mulheres desterritorializadas do povoado antigo de Pinheirópolis estão incluídas nesses contextos.

Através da história oral das mulheres, é possível perceber a pluralidade das estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações. O fundamental, nesse momento da história oral, foi a passagem comum da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela “história tradicional” para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é essencial para compreendê-las, o que ocorreu a partir da década de 1980, quando a subjetividade de fontes orais passou a ser vista muito mais como um sinal de força, um indício vital para a modificação da consciência histórica. Foi a partir desse momento que os pesquisadores perceberam que “por mais que se procure captar dados ‘reais’ e ‘objetivos’, o resultado é sempre uma interpretação, uma versão dos fatos, que poderá ser confrontada com outras, e que os esforços não devem ser mobilizados no sentido de anular as ‘interferências’ da subjetividade, mas sim de conhecê-la e transformá-la em instrumento de conhecimento.”¹⁷

A história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações, terremotos, ou seja, abalos da vida cotidiana de pessoas que não estão incluídas em estatísticas nem em modelos generalizantes. São depoimentos de analfabetos, de rebeldes, mulheres, crianças, enfim, de excluídos da “história oficial”. Incluí, nessa lista, as mulheres do povoado de Pinheirópolis.

A história oral pode, ainda, contestar verdades históricas absolutas, verdades históricas aceitas, ou, ao menos, pode torná-las mais complexas ou contraditórias. Ela pode nos ajudar a compreender como as memórias populares são criadas e reproduzidas, e como e por que elas influenciam, ou não, os indivíduos



os e a sociedade. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “memória oficial”, no caso a memória nacional¹⁸. É dessa forma que entendo a importância da história oral para este trabalho. Trata-se, portanto, de refletir, através da memória das mulheres desterritorializadas, sobre os momentos de crise e sobressaltos causados pelas mudanças bruscas dos seus cotidianos com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Segundo Pollak, para trabalhar com a memória é necessário que haja nos objetos de pesquisa conflitos e competição entre memórias concorrentes — memórias subterrâneas e memória oficial. É justamente nesses conflitos que as memórias das mulheres são importantes para este trabalho, pois as lembranças que extrapolam de suas falas não se encontram registradas. Quando se discutem as repercussões e impactos da formação do lago, o que aparece são as repercussões que afetaram diretamente o meio ambiente, a fauna, a flora etc. Parece que os impactos que atingiram essas populações em sua forma de viver, em seu cotidiano, suas lembranças, não são importantes no momento em que se fala dos grandes investimentos desenvolvimentistas, ou seja, a memória nacional ou estabelecida.¹⁹

Para trabalhar com a história oral das mulheres desterritorializadas, optei pela história de vida, e é através das entrevistas que construí a documentação por mim trabalhada²⁰. A história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudanças, os momentos de transformação. Nela, o entrevistado é levado a contar livremente sua vida, imprimindo à narrativa suas próprias categorias, o ordenamento e a seleção do que quer relatar, ou seja, suas memórias.

É importante destacar aqui a compreensão e a importância de se trabalhar com a memória. Pois a memória nunca é uma reprodução exata dos acontecimentos do passado, mas, sim, um complicado e contraditório conjunto de representações, um modo de seleção do passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento²¹. Essa seleção do passado pela memória deve ser entendida, também, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes²². As memórias das mulheres por mim pesquisadas sofrem flutuações em função do momento em que são articuladas, em que estão sendo expressas.

Alem dessas flutuações, identifiquei, durante a nossa pesquisa, elementos estudados por Pollak, quando ele reconhece que contar a própria vida não é algo natural, principalmente se o entrevistado não estiver numa posição de justificação ou de construção de si (diferente da posição de um político ou de um artista, por exemplo), pois “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade de entender esse súbito interesse”.²³

Foi assim em meu primeiro contato com as mulheres, que não entendiam por que a história de vida delas era importante para mim e, principalmente, por que seriam publicadas e divulgadas no meio acadêmico. Identifiquei. Ainda, nos relatos das mulheres, aquilo que Pollak

¹⁸ Ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

¹⁹ A memória nacional foi construída com a finalidade de ser dita, explicitada, propagandeada e imposta à população e elaborada a partir do estabelecimento de um tempo progressivo, linear, finalista, tempo esse desconstruído por lembranças descontínuas de indivíduos e grupos cujos interesses não coincidem necessariamente com os interesses do poder. Cf. POLLAK, Michael, *op. cit.*, p. 3-15.

²⁰ Tratando-se de um trabalho de história oral, as narrativas são gravadas em uma situação de entrevista, em que a interação pesquisador-pesquisado se faz presente, permitindo sua transcrição a construção de documentos que serão trabalhados. Ver LANG, Alice Beatriz da Silva. História oral: procedimentos e possibilidades. In: LANG, Alice Beatriz da Silva (org.). *Desafios da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, 2001, p. 96.

²¹ Ver DOSSE, François. *História Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004, p. 183.

²² Ver POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 2.

²³ *Idem*, *idibem*, p. 13.

²⁴ A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que constituiu para si. A saudade pode ser um sentimento coletivo, pode afetar uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos de seu poder esculpados no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história. Ver a esse respeito ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 1999, p. 65.

²⁵ Cf. PORTELLI, Alessandro, *op. cit.*, p. 12.

²⁶ Entrevista realizada em 13 jan. 2005.

²⁷ Ver THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 289.

chama de relatos de estilo factual, ou seja, relatos desordenados cronologicamente, que pulavam de um momento para outro, de um tempo para outro: “Quando eu era solteira...”, “Quando casei...”, “Quando era pequena e morava com meu pai...” e assim por diante. De acordo com esse autor, trata-se de relatos característicos de pessoas com um grau educacional pouco sofisticado, com pouca experiência, tanto profissional como política.

Ao analisar as lembranças dessas mulheres, verifiquei que elas expressam sentimentos de saudade²⁴. Falam de um “tempo de outrora”. Para elas, a oportunidade de rememorar é dada através dos depoimentos para a pesquisa, pois (re)vivem aqueles momentos em que se viam em outro contexto. Assim, através da oportunidade de construir essa memória, tais mulheres se percebem como sujeitos da história. Isso vem ao encontro da reflexão feita por Portelli: a entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos de sua experiência dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente²⁵.

Dona Nonita, uma entrevistada, ao ser indagada a respeito de que coisas tinha saudade do antigo Pinheirópolis, respondeu:

O que mais sinto saudade de Pinheirópolis é a minha infância, que é onde eu deixei ela, me?, porque lá eu cresci, cheguei lá era criança de nadar pelada. Então lá eu cresci e foi onde eu deixei, porque quando você é jovem, quando você não tem problema... eu tenho muito saudade do colégio, da igreja, eu tenho saudade da minha casa, e foi aonde quando mudamos pra lá eu era criança e lá eu cresci... a gente tinha 30 anos morando num lugar só, as árvores que tinha dentro do nosso quintal. Não foi uma coisa que a gente chegou lá e achou, a gente chegou lá e plantou...²⁶

Na sua fala, a saudade se refere a espaços: o rio, o colégio, a igreja, as árvores, certamente argumentos para muita poesia. Por outro lado, a entrevistada parece não ter percebido esses sentimentos de saudade até aquele momento. E seu olhar, enquanto articulava as palavras, não estava no presente, mas, sim, percorrendo aqueles antigos caminhos, aquele rio onde nadava e não existia mais, aquela infância revivida pelas lembranças, revisitada através de sua fala, à qual só foi possível retornar através da nossa pergunta. Pois o desejo de fazer um retrospecto da vida é movido pela necessidade emocional de estabelecer um contato com questões e experiências mal resolvidas, a fim de compor um passado com o qual possamos conviver e uma história de vida com passagens divulgadas e silenciadas.²⁷

As falas das mulheres deixam transparecer os papéis de gênero delas esperados, principalmente no que se refere a aspectos do trabalho. Ao realizar atividades que fazem fora do doméstico, elas não se percebem desenvolvendo um trabalho, em especial quando estão na roça, nas plantações, porque segundo os papéis de gênero é o homem quem sustenta a casa, conforme se constata na fala de dona Juliana: “Eu lá [no antigo Pinheirópolis] trabalhava era de roça, era capinando, colhendo as coisas quando era tempo, fiando meu serviço, era tecendo porque eu sou teceloa, era ralando mandioca, fazendo farinha, minha vida era essa. Ajudava meu marido; ele botava roça, eu passava pra dentro até a hora que acabava de colher o primeiro tico, chegava meio dia, eu ia tecer ou fiar, eu tecia e

fiava pra mim e pra os outros”.²⁸

Isso quer dizer que, para dona Juliana, o “serviço” dela era tecer, e esse serviço somente era exercido na hora do almoço. A fala dessa entrevistada e a clareza com que ela expõe, sem ressentimentos, esses papéis exercidos nos remetem à dominação masculina a que se refere Bourdieu. Na fala de dona Raimunda não é diferente: “Quando meu marido era vivo, nós trabalhava na roça. Os dois. Eu ajudava ele de um tudo, desde a cerca acima e baixo. Não ganhava nenhum dinheiro. Só ajudava ele. Cuidava da casa, ajudava ele na roça.”²⁹

Mas são nessas mesmas falas que se percebe o reverso desses papéis. Enquanto os maridos eram vivos ou moravam junto, elas assumiam o papel de “ajuda”; quando se tornaram viúvas ou foram abandonadas pelos companheiros, assumem o papel de provedoras da casa, bem como a responsabilidade de educar e manter os filhos unidos. Continuando com a fala de dona Raimunda, é possível perceber essa reversão de papéis: “eu vim ganhar dinheiro mesmo só depois que ele [marido] morreu. Que aí eu ia pras roças dos outros trabalhava, vendia minhas coisinhas que eu ganhava, botava dentro de casa pra gente se alimentar, lavava roupa pros outros, ganhava meu dinheiro. Com pouco chegou a aposentadoria, e eu vendia as frutas do quintal.”

A ausência dos maridos e/ou companheiros são argumentos para elas falarem sobre o impacto de suas atividades na esfera pública. Elas justificam essas atividades com a falta da figura masculina, quando, dizem, são forçadas e habilitadas a controlar, após a morte ou o abandono dos companheiros, suas vidas, no que se refere ao trabalho que provém o lar. Essas lembranças estão presentes em várias entrevistas. Elas só se sentem provedora do lar, mesmo tendo exercido todas as atividades que os companheiros exerciam, após a ausência deles.

O que se percebe nas falas das mulheres é o reforço do papel de gênero na divisão do trabalho; as mulheres não se viam como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável de suas atividades para a sobrevivência: essas mulheres acabaram internalizando as condições de invisibilidade como produtoras de valor de troca. As atividades das mulheres eram divididas entre a casa e roça. Em casa, elas eram responsáveis pelas múltiplas atividades envolvidas na reprodução social — cuidar das crianças, da casa, fazer faxina, lavar roupa, cozinhar; além disso, ocupavam-se do cultivo de subsistência da família. O trabalho doméstico, para essas mulheres, era percebido como ordem natural das coisas, e o trabalho na roça era visto como domínio masculino por causa do valor de troca produzido, portanto sem reconhecimento social.

Nas entrevistas das mulheres, percebemos claramente a configuração do espaço público como uma dimensão da exclusão baseada na “natureza” feminina como reflexo da submissão para com os papéis que lhes são atribuídos, restringindo seu direito à plena liberdade de atuar com igualdade, mesmo exercendo todas as atividades que os homens exercem e mais aquelas destinadas à manutenção doméstica. Esses papéis se concretizam na prática no momento em que os órgãos oficiais responsáveis pelas indenizações vão regulamentar os cálculos de pagamento pelo sexo, saúde e idade, em que o homem tem um valor maior pela “força de trabalho”.³⁰

As mulheres, ao olharem para trás, traçam sobre o passado consi-

²⁸ Entrevista realizada em 13 jan. 2005.

²⁹ *Idem.*

³⁰ A construção ideológica da subordinação na mulher implica poder contar com pressupostos já existentes de opressão da mulher pelos homens.

³¹ Cf. THOMPSON, Paul, *op. cit.*, p. 289.

³² Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, São Paulo, Educ, dez. 1993, p. 18-22.

³³ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 64.

³⁴ Entrevista realizada em 13 jan. 2005.

derações que reforçam a idéia de que o sentido do passado, para elas, tem a ver com as atividades que exerciam antes das mudanças ocorridas com o processo de desterritorialização pela formação do lago, causando, portanto, sofrimentos percebidos durante as entrevistas, por não estarem mais exercendo aquelas atividades. Nas entrevistas, algumas mulheres enfatizam suas atividades em detrimento dos seus maridos, principalmente no que se refere ao trabalho nas roças, o que nos faz concordar com Thompson sobre o fato de que a recordação é uma parte importante do processo de afirmação pessoal e pública do valor de sua vida. Ao lembrarmos e sermos lembrados, podemos afirmar que nossa vida vale a pena, que somos avaliados por nossas realizações e que somos ouvidos e respeitados como narradores das histórias da família e da comunidade.³¹

A memória do trabalho dessas mulheres, de quando moravam na antiga Pinheirópolis, é de um tempo homogêneo, um tempo comum, sem diferenças: todas elas desenvolviam as mesmas atividades com um mesmo objetivo; é como se quisessem petrificar aqueles momentos vividos, em que todas se reconheciam, definindo, assim, uma identidade.

São as marcas do lugar de origem que essas mulheres reproduzem nas novas moradias: quintais improvisados, criações de animais domésticos como galinhas, porcos, pequenas árvores frutíferas, além de uma pequena cozinha fora da nova casa com um fogão de lenha improvisado “pra cozinhar comidas mais demoradas”. São usos e costumes trazidos de suas antigas moradias, o que traduz muito bem o que Nora coloca como “lugares, portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”, porque essa coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo, e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com o seu próprio passado³². Assim, essas mulheres tentam construir cenários que mantêm os personagens (neste caso, elas próprias) em seu papel dominante, pois ao “desenhar suas casas antigas, dão-lhes conseqüentemente uma representação, que tem todas as características de uma cópia do real”.³³

Essas representações podem ser observadas quando as mulheres falam das suas casas. No que se refere às antigas, elas falam de lembranças que trazem os espaços vividos como maiores e, mesmo assim, mais aconchegantes. É por esses espaços que elas demonstram mais carinho no momento das entrevistas. No entanto, quando se referem às novas moradias, apesar de serem melhores, como elas mesmas fazem questão de frisar (“são casas na cerâmica”, com banheiro “dentro”, água encanada), não se mostram “apegadas”. Ao contrário, criticam as vizinhas por terem mudado de comportamento e atribuem essa mudança à nova moradia. É o que fica evidente na fala de dona Juliana: “Minha casa lá no Pinheirópolis era de oito cômodos, e aqui me deram uma casa de seis; não cabe a salinha veia... Aqui tudo é miudinha... Lá no Pinheirópolis cabia três camas e ainda armava rede, e aqui só cabe mal duas camas e um guarda-roupa”.³⁴

Quando se refere à nova moradia, ela diz: “Não achei vantagem nisso não. Eu mesmo moro aqui, mas não gosto, moro aqui mode um marido velho que eu tenho... Se não fosse ele, eu não tava mais aqui não, nem sou daqui... As pessoas quando chegaram aqui mudou a querer ser

grande, depois da casa de cerâmica, diz pra não sujar a casa, deixam as sandálias fora, deram parte de rico..."³⁵

O que percebemos é que cada aspecto, cada detalhe das lembranças dessas mulheres no que diz respeito ao espaço das moradias é inteligível somente para elas, pois só entre elas existem vínculos que as liga ao lugar de origem e ao de destino. Daí a nossa dificuldade em compreender o que prendem essas mulheres naqueles antigos lugares. Para chegar próxima dessa compreensão, levei em conta o que Bachelard ressalta ao falar dos espaços amados: "os espaços amados nem sempre querem ficar fechados! Eles se desdobram. Parece que se transportam facilmente para outros lugares, para outros tempos, para planos diferentes de sonhos e de lembranças."³⁶

Perceber através das falas das mulheres os papéis de gênero é percorrer os espaços que elas viam como seus e suas representações envolvendo a casa, o quintal, bem como as atividades que desenvolviam naqueles antigos espaços que perderam e como encaram, hoje, suas vivências nas novas moradias. Ao enveredar, através das memórias das mulheres, pelos antigos caminhos trilhados por elas, identificam-se vários papéis de gênero representados e reproduzidos por elas, assim como os sentimentos emanados das falas de pessoas que se sentem desterritorializadas com as mudanças bruscas dos seus cotidianos. Só foi possível chegar até elas pela compreensão do papel da memória, que é uma construção e uma reformulação do vivido, no contexto do presente. Na fala dessas mulheres, os espaços onde viveram retornam como saudade, como imagens na forma de prosa. Falam de sentimentos como faria alguém que escrevesse uma poesia, e esses sentimentos são provocados muitas vezes pela própria pesquisa, que as estimula a falar.



Artigo recebido em janeiro de 2007. Aprovado em abril de 2007.



³⁵ *Idem.*

³⁶ BACHELARD, Gaston, *op. cit.*, p. 68.

